

DISCURSO PROFERIDO POR OCASIÃO DA ABERTURA DO
I CONGRESSO NACIONAL DE JUIZADOS ESPECIAIS

(Foz do Iguaçu, 17 de setembro de 2025)

Fernando Swain Ganem
Presidente do FONAJE

Senhoras e Senhores.

Dirijo-me a todos com o coração pleno de gratidão e o espírito tomado pela magnitude deste momento histórico, em celebração aos 30 anos da Lei 9.099/95. Este ato não representa apenas uma honra pessoal, mas o reconhecimento de uma jornada coletiva extraordinária que transformou para sempre a face da justiça brasileira.

Como Presidente do FONAJE – Forum Nacional de Juizados Especiais, carrego comigo a responsabilidade de representar quase três décadas de dedicação incansável à construção de uma justiça verdadeiramente democrática e acessível.

Em 26 de setembro de 1995, quando a Lei 9.099 foi sancionada, poucos poderiam imaginar a revolução silenciosa que estava sendo deflagrada. Não se tratava apenas da criação de uma nova modalidade de procedimento judicial, mas sim o nascimento de uma nova filosofia de justiça, pautada pela proximidade com o cidadão e pela busca incessante da pacificação judicial.

No Brasil de três décadas atrás, o acesso à justiça era privilégio de poucos. As portas dos fóruns e tribunais permaneciam fechadas para a maioria da população, seja pela complexidade dos ritos, seja pelos custos proibitivos, seja pela distância física e simbólica entre o Poder Judiciário e o povo brasileiro.

A Lei 9.099/95 rompeu essas barreiras. Inspirada pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, que se somam aos princípios implícitos do acesso à Justiça, pacificação social e efetividade, ela construiu pontes onde antes havia abismos, criou esperança onde antes reinava o desalento.

Hoje, ao contemplarmos o panorama nacional, testemunhamos números que atestam o êxito dessa ousada empreitada, iniciada lá atrás por meio de um plano nacional de desburocratização que envolvia o Poder Judiciário. Só em 2025, o Justiça em Números do CNJ revela que, até 31 de julho do corrente ano, os Juizados Especiais Cíveis no Brasil inteiro receberam mais de 3 milhões e 600 mil novos procedimentos cíveis, superando amplamente a demanda da justiça tradicional cível (com 2 milhões e 600 mil novos processos). Mais significativo ainda é que conseguimos julgar quase 4 milhões e 300 mil processos nesse mesmo período.

Mas esses números, por mais eloquentes que sejam, não capturam com inteireza a grandeza desta conquista. Cada estatística representa uma história humana, uma esperança renovada, um direito restaurado, com rapidez e justiça. São famílias que encontraram paz após conflitos aparentemente insolúveis, empreendedores que viram seus negócios protegidos, consumidores que obtiveram inúmeras reparações para seus prejuízos, cidadãos que conquistaram acesso a medicamentos e tratamentos de saúde que lhes foram sonegados.

Por isso, neste momento solene de celebração, o primeiro pensamento volta-se para aqueles que, dia após dia, transformaram a letra fria da lei em justiça viva e pulsante, pessoas essas que não podemos jamais deixar de homenagear:

Às magistradas e magistrados que abraçaram a missão de julgar com coragem e sensibilidade, quebrando o paradigma tradicional para equilibrar o rigor da técnica e da formalidade com a compreensão da natureza humana.

Às servidoras e servidores, que muitas vezes no anonimato, garantem o funcionamento harmonioso de cada unidade judicial.

Às conciliadoras e conciliadores que, com paciência e sabedoria, transformam adversários em parceiros na busca de soluções.

Às juízas leigas e juízes leigos que trouxeram para os juizados a riqueza da experiência da prática e do conhecimento técnico especializado.

Às advogadas e advogados, que compreenderam o espírito colaborativo dos Juizados e se tornaram verdadeiros parceiros na construção de soluções.

Aos membros do Ministério Público que, com dedicação, zelam pela legalidade e pela proteção dos direitos fundamentais.

Às assessoras e assessores, estagiárias e estagiários, e demais colaboradores que, com entusiasmo e competência, contribuem para a excelência de nossos trabalhos.

Em homenagem a eles – repetindo discurso proferido no CNJ por ocasião da abertura da II Semana Nacional de Juizados Especiais - permitam-me aqui emprestar as palavras inspiradoras de Gonzaguinha em sua canção “E Vamos à Luta”, para expressar admiração a todos vocês:

*"Eu acredito é na rapaziada,
que segue em frente e segura o rojão,
eu ponho fé é na fé da moçada,
que não foge da fera e enfrenta o leão.
Eu acredito é nessa juventude
que não foge da raia a troco de nada,
eu vou no bloco é dessa mocidade,
que não tá na saudade e constrói
a manhã desejada"*

Vocês todos – aliás, nós todos – somos os verdadeiros artífices dessa manhã desejada para a justiça brasileira.

Desde 1.997, Senhora Presidente, o FONAJE tem exercido papel de destaque na preservação da essência dos Juizados Especiais. Nossa missão transcende a mera elaboração de enunciados – somos verdadeiros guardiões dos valores fundamentais que inspiraram essa revolução no judiciário.

Com mais de 320 enunciados aprovados ao longo dos anos, construímos um arcabouço interpretativo que orienta milhares de magistrados em todo o país. Mas nossa maior contribuição talvez seja a manutenção do diálogo permanente entre os operadores do sistema, garantindo que a diversidade de experiências regionais enriqueça o conjunto da obra.

Registro aqui minha especial homenagem aos fundadores do FONAJE e àqueles que permanecem conosco desde os primeiros passos, sedo testemunhas vivas da evolução dos Juizados e guardiões de sua memória institucional.

A sociedade contemporânea apresenta-nos novos e complexos desafios. A revolução digital criou modalidades de conflitos impensáveis há três décadas. Golpes virtuais, fraudes eletrônicas, violação de dados pessoais e disputas decorrentes do comércio eletrônico exigem de nós constante atualização e adaptação.

A inteligência artificial, que irrompe em nossas vidas com força transformadora, oferece oportunidades extraordinárias para otimização de processos e melhoria da prestação jurisdicional. Contudo, devemos permanecer vigilantes para que a tecnologia sirva à humanização da justiça e a não à sua robotização.

Outro desafio significativo reside na identificação e combate à litigância abusiva, que é um outro viés de vigilância e monitoramento da inteligência artificial. Isso porque o sucesso dos Juizados, paradoxalmente, os tornou alvo de explorações indevidas por parte daqueles que buscam beneficiar-se da boa-fé do sistema. Nossa resposta deve ser firme, mas sempre calibrada para não prejudicar o acesso legítimo à justiça.

A tendência de ordinarização dos procedimentos também nos preocupa. Devemos resistir às tentações de burocratização que podem comprometer os princípios de simplicidade e celeridade que nos caracterizam, e combater, como temos combatido às alterações legislativas nesse sentido, para o que temos contado como apoio incondicional da AMB, aproveitando aqui para agradecer ao nosso Presidente, futuro desembargador, meu amigo Frederico Mendes Junior.

O futuro dos Juizados Especiais exige de nós visão estratégica e coragem para inovar sem perder a essência. Precisamos ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de inclusão digital (Alexandre Abreu), garantindo que a tecnologia seja ferramenta de democratização e não de exclusão.

A formação continuada de nossos operadores deve contemplar não apenas aspectos técnicos, mas também a renovação constante do compromisso com os valores

fundadores dos Juizados. Devemos formar não apenas juristas competentes, mas verdadeiros agentes de transformação social.

A busca pela uniformização jurisprudencial, respeitadas as particularidades regionais, permanece como meta essencial para assegurar a segurança jurídica e isonomia de tratamento aos jurisdicionados.

Em meio a tantas transformações, alguns valores permanecem imutáveis. Os Juizados continuam sendo, fundamentalmente, uma opção preferencial pelos hipossuficientes, um espaço de resolução pacífica de conflitos, um laboratório de inovação processual e um símbolo de democratização da justiça.

Por isso, nossa vocação primeira – ser a porta de entrada do cidadão ao Poder Judiciário – não pode ser jamais abandonada. Somos e devemos continuar sendo “A Justiça Cidadã”, próxima, compreensível, eficaz e solidária.

E neste momento de celebração e reflexão, é hora de renovarmos nosso compromisso com os ideais que nos trouxeram até aqui. Prometemos defender intransigentemente os princípios da Lei 9.099/95, adaptar-nos às demandas contemporâneas sem perder nossa identidade, e continuar lutando por uma justiça cada vez mais acessível e efetiva.

Que este Congresso seja marco de renovação de nossas energias e reafirmação dos nossos propósitos. Que possamos sair daqui ainda mais convictos de nossa missão e ainda mais preparados para os desafios vindouros

Afinal, a justiça brasileira deve muito aos Juizados Especiais, mas os Juizados Especiais devem sua existência e seu sucesso a cada um de vocês, a cada um de nós que, com dedicação e competência, fazem dessa instituição uma realidade viva e transformadora.

E o Fonaje estará sempre ativo, vivo e firme no propósito de aperfeiçoamento e vigilante na manutenção dos fundamentos e princípios que inspiraram a lei que deu origem ao nosso aniversariante, os Juizados Especiais Brasileiros.

Que nossos debates sejam frutíferos, repletos de conhecimento e sabedoria e que saiamos daqui com nosso compromisso renovado.

Muito obrigado!